



## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 86/XIV/ 3.ª SL

Aos 15 dias do mês de setembro de 2021, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão De Saúde, na Sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

#### Formato misto (presencial + videoconferência)

##### 10h00

1. Informações;
2. Aprovação da ata n.º 85 de 8 de setembro de 2021;

##### 10h15

3. Audição, por videoconferência, da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. «Sobre a falta de médicos de família, em especial na região LVT, e a incapacidade para solucionar este problema», a requerimento do BE;
4. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1343/XIV/2.ª (Ninsc.CR) que «Recomenda a instalação de desfibriladores automáticos externos (DAE) em todos os recintos desportivos e escolas e o reforço da formação em suporte básico de vida»;
5. Outros assuntos.

---

##### 1. Informações

A Presidente deu nota que os serviços tinham convocado, para além da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, a ACSS para ser ouvida hoje na Comissão de Saúde, tendo, porém, o Conselho Diretivo da ACSS informado que nesse dia (hoje) iria participar numa sessão de trabalho no âmbito dos 42 anos do SNS, tendo sugerido o próximo dia 22 de setembro para a audição. Atendendo a que na próxima semana os trabalhos parlamentares estão suspensos, ainda colocaram a hipótese do dia de hoje às 9h. Contudo, acabaram por informar que também não era possível, sugerindo o próximo dia 29 de setembro.

Relembrou que o prazo para a inscrição na conferência interparlamentar promovida pelo Parlamento Europeu, sobre o tema «*Turning the tide on cancer: the view of national parliaments on Europe's Beating Cancer Plan*», termina no dia 20 de setembro, tendo,



## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 86/XIV/ 3.ª SL

novamente, solicitado aos interessados que indiquem aos serviços a sua disponibilidade para participar (delegação de 4 Deputados).

Informou, ainda, que, por despacho do PAR, foi autorizada a prorrogação, por mais sessenta dias, do prazo para nova apreciação na generalidade dos Projetos de lei n.º 859/XIV (BE) e n.º 862 (IL), respeitantes à legalização da canábis e, sobre este assunto, lembrou que no dia 17 de setembro, pelas 11h, irá receber um representante do GAT - Grupo de Ativistas em Tratamentos, para entregar de uma carta aberta sobre uma possível regulação responsável e informada da Canábis para uso de adultos, reiterando o convite a todos os Deputados interessados a estarem presentes.

Por fim, informou que o Deputado Diogo Pacheco de Amorim irá assumir o mandato na Comissão de Saúde, em substituição do Deputado André Ventura.

#### 2. Aprovação da ata n.º 85 de 8 de setembro de 2021

A ata n.º 85, de 8 de setembro de 2021, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PCP, PAN e CH.

#### 4. Audição, por videoconferência, da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. «Sobre a falta de médicos de família, em especial na região LVT, e a incapacidade para solucionar este problema», a requerimento do BE.

A Presidente cumprimentou o Presidente do Conselho Diretivo da ARS LVT, Dr. Luís Pisco.

O Deputado Moisés Ferreira apresentou o [requerimento do BE](#), sublinhando o problema da falta de médicos de família e consequente equipas de saúde, em especial na região de Lisboa e Vale do Tejo, apontando que dos atuais 900 mil utentes sem médico de família, mais de 600 mil estão nesta região, onde a população a descoberto é superior a 16%. Sublinhou o grave problema de fixação destes especialistas e perguntou se existe um plano de contingência ou outro que preveja o aproveitamento de médicos sem formação especializada para coadjuvar nos cuidados de saúde primários, para posteriormente puderem concorrer em concursos extraordinários. Fez referência à necessidade de aumentar as condições formativas e perguntou se e que medidas estão a ser implementadas para incentivar a fixação de médicos de família nos concelhos com mais utentes a descoberto.



## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 86/XIV/ 3.ª SL

O Presidente do Conselho Diretivo da ARS LVT começou por dizer que este é um problema que se arrasta há muito tempo e que, entre 2009 e 2019, entraram menos médicos do que aqueles que saíram, sendo a única exceção o período entre 2016 e 2018. No que concerne à capacidade formativa, deu nota que essa é uma competência da Ordem dos Médicos e que a região norte se adiantou em relação às candidaturas a fundos comunitários. Prestou esclarecimentos sobre os concursos abertos e as vagas preenchidas. Sublinhou que o facto de um utente não ter médico de família não significa que não tem acesso cuidados de saúde. Por fim, fez referência ao número de aposentações destes médicos, ao recurso a médicos estrangeiros e a protocolos celebrados com Misericórdias, nomeadamente no campo da doença aguda.

A Deputada Sónia Fertuzinhos fez referência ao 42.º aniversário do SNS que hoje se celebra e enalteceu a capacidade de resposta e resiliência do SNS e de todos os seus profissionais. Perguntou o que se pode fazer, o que está a ser feito e qual a margem que a ARS LVT tem para combater este problema da falta de médicos de família. Sublinhou o aumento de profissionais de saúde no SNS entre 2015 e 2020. No que concerne à falta de médicos de família na região de Lisboa e Vale do Tejo, fez referência às vagas não preenchidas nos concursos e à necessidade de se compreender esse fenómeno, sublinhou o número de aposentações de médicos, tendo perguntado qual a previsão do número de aposentações futuras, referiu o maior número de utentes nestas regiões (fatores demográficos/pressão demográfica), aludiu ao custo de vida em Lisboa e ao fluxo de mobilidade sul/norte e, por fim, perguntou se existem projetos com Câmaras Municipais ou Misericórdias.

A Deputada Sandra Pereira começou por fazer referência ao Primeiro Ministro que, em 2017, dizia todos os portugueses teriam um médico de família, dando nota que desde essa altura a situação se agravou. Mencionou os números de utentes sem médico de família, tendo manifestado muita preocupação em relação aos números na região de Lisboa e Vale do Tejo. Referiu, em concreto, os casos de Loures, Odivelas e Sintra. Sublinhou que, mais do que saber as razões, é necessário resolver esta situação e fixar os médicos na região e libertá-los das tarefas burocráticas. Questionou o Presidente do Conselho Diretivo da ARS LVT sobre os concursos, os programas em vigor e consultas presenciais.

A Deputada Paula Santos saudou o aniversário do SNS e todos os seus trabalhadores. Começou por fazer referência ao número de utentes sem médicos de família e afirmou



## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 86/XIV/ 3.ª SL

que o PCP há muito que tem alertado para este problema, nomeadamente tendo em consideração o número de aposentações. Perguntou qual a perspetiva de aposentações em Lisboa e Vale do Tejo para os próximos tempos, quais as medidas para fixar os médicos de família na região, o que é necessário fazer a nível nacional; que investimentos estão previstos (perspetiva de centros de saúde, equipamentos e alargamento de valências), o que está a ser feito no campo da formação médica especializada e se há capacidade para a alargar na região. Referiu, por fim, que o PCP tem apresentado propostas sobre este assunto: valorização da carreira, remunerações e dedicação exclusiva.

A Deputada Ana Rita Bessa realçou que existem dois lados da questão. Por um lado, a procura: aumento de utentes e, por outro, a oferta: diminuição do número de consultas, constrangimentos impostos pela Covid-19, aposentações e vagas não preenchidas. Sublinhou que este problema é especialmente preocupante na região de Lisboa e Vale do Tejo, tendo questionado o Presidente do Conselho Diretivo da ARS LVT sobre as razões. Referiu que os incentivos e estímulos não têm surtido o efeito desejado, não só no que concerne a remunerações, mas também às condições oferecidas. Por fim, referiu o caso de Sobral de Monte Agraço em que não abriram vagas e que a Câmara Municipal não pode colaborar na resolução desta questão, tendo perguntado se as Câmaras não podem cooperar com a ACSS.

O Presidente do Conselho Diretivo da ARS LVT começou por elencar algumas das razões que contribuíram para este problema: aposentação de muitos médicos, o custo de vida em Lisboa e, também, o facto da região de Lisboa receber muitos emigrantes. Referiu que estão previstos financiamentos para a saúde mental e cuidados de saúde primários, novos centros de saúde (com o apoio das Câmaras Municipais, nomeadamente ao nível da cedência de terrenos), incentivos para recuperar os atrasos (nomeadamente rastreios oncológicos), dando nota do número de equipas que se candidataram a estes incentivos. Por fim, solicitou a possibilidade de enviar por escrito para a Comissão de Saúde vários dos dados que foram pedidos pelos Deputados.

Na segunda ronda, solicitaram esclarecimentos adicionais os Deputados Sónia Fertuzinhos, Sandra Pereira e Moisés Ferreira, que foram prestados pelo Presidente do Conselho Diretivo da ARS LVT, Dr. Luís Pisco.

A Deputada Sónia Fertuzinhos fez, nos termos do artigo 85.º do RAR, um protesto sobre a interpretação que a Deputada Sandra Pereira fez da sua intervenção sobre algumas



## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 86/XIV/ 3.ª SL

das causas da falta de médicos de família na região de Lisboa, tendo a Deputada Sandra Pereira respondido.

6. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1343/XIV/2.ª (Ninsc.CR) que «Recomenda a instalação de desfibrilhadores automáticos externos (DAE) em todos os recintos desportivos e escolas e o reforço da formação em suporte básico de vida»

A Deputada Cristina Rodrigues apresentou o PJR n.º 1343/XIV/2.ª, começando por descrever as causas e os mecanismos da paragem cardiorrespiratória (PCR), uma das principais causas de morte na Europa e nos Estados Unidos da América, sendo fundamental a intervenção e rápida de quem a presença e a execução de procedimentos que, quando devidamente executados, permitem diminuir substancialmente os índices de morbilidade e mortalidade associados à PCR. Apresentou igualmente dados sobre o número de PCR ocorridas em Portugal e a sua taxa de sobrevivência, que indicam que a área da prevenção da morte súbita não tem uma resposta adequada, sendo urgente colocar este tema na agenda política e criar campanhas de literacia em saúde, que garantam que os cidadãos estão aptos a saber aplicar suporte básico de vida e a manusear um desfibrilhador. Discorreu ainda sobre o quadro legislativo existente, seus problemas de aplicação, a insuficiência dos meios existentes e as iniciativas já levadas a cabo, tendentes ao aumento da disponibilidade de desfibrilhadores em recintos desportivos e na escola, o que é preciso reforçar. Recomenda ainda que seja dada mais formação em suporte básico de vida e Desfibrilhação Automática Externa (DAE), a implementação de campanhas de literacia em saúde e a proceder-se à análise, e eventual revisão, da legislação atualmente vigente.

A Deputada Susana Correia lembrou o quadro legal existente, respeitante à exigência de existência dos DAE e a sua respetiva evolução, bem como os trabalhos e as propostas constantes do relatório apresentado pelo Grupo de Trabalho para a Desfibrilhação Externa, chamando a atenção para a necessidade de concretização de alguns pontos da iniciativa em discussão, nomeadamente os respeitantes à definição do conceito de recintos desportivos, a inserção da educação sobre Suporte Básico de Vida (SUV) no currículo escolar e a análise da legislação existente, questões já levantadas pelo Grupo de Trabalho que se debruçou sobre a questão em análise.



## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 86/XIV/ 3.º SL

A Deputada Sandra Pereira referiu que merecem acolhimento todas as iniciativas que permitam salvar vidas, pois o número de mortes por PCR requer atenção e análise, salientando ainda questões a nível da formação e dos critérios técnicos de distribuição dos DAE que devem ser mais concretizadas.

O Deputado Moisés Ferreira começou por salientar a importância da questão em análise, pois uma formação e manuseamento adequados dos aparelhos em causa podem contribuir para uma redução da mortalidade, tendo igualmente lembrado a discussão anteriormente tida em Plenário a propósito desta matéria e as iniciativas daí resultantes, referindo também que acompanham a presente iniciativa.

A Deputada Ana Rita Bessa disse que esta questão tem vindo a ser sinalizada pelo CDS-PP desde há muito e lembrou o percurso feito nesta temática a nível de iniciativas, chamando a atenção para a necessidade de se esclarecerem e concretizarem alguns pontos da iniciativa em análise, nomeadamente no tocante à inserção do SUV no currículo escolar e da formação dos cidadãos em SUV e manuseamento e utilização de DAE.

A Deputada Cristina Rodrigues agradeceu as sugestões e comentários feitos pelos restantes Deputados, indicando que irá substituir o texto da iniciativa em análise, para que o mesmo reflita as questões suscitadas no âmbito da presente discussão.

A reunião foi encerrada às 11:40 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada e cuja gravação pode ser acedida neste [link](#).

Palácio de São Bento, 22 setembro 2021.

**A PRESIDENTE**

**(MARIA ANTÓNIA DE ALMEIDA SANTOS)**



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

**Comissão de Saúde**

**ATA NÚMERO 86/XIV/ 3.ª SL**



**Comissão de Saúde**

**ATA NÚMERO 86/XIV/ 3.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Anabela Rodrigues (PS)

Bruno Aragão (PS)

Hortense Martins (PS)

Joana Lima (PS)

Maria Antónia De Almeida Santos (PS)

Sónia Fertuzinhos (PS)

Susana Correia (PS)

Telma Guerreiro (PS)

Alberto Machado (PSD)

Álvaro Almeida (PSD)

António Maló De Abreu (PSD)

Cláudia Bento (PSD)

Pedro Alves (PSD)

Rui Cristina (PSD)

Sandra Pereira (PSD)

Moisés Ferreira (BE)

Paula Santos (PCP)

Ana Rita Bessa (CDS-PP)

Francisco Rocha (PS)

João Gouveia (PS)

Luís Graça (PS)

Luís Soares (PS)

Marta Freitas (PS)

Sara Velez (PS)

Fernanda Velez (PSD)

Helga Correia (PSD)

Hugo Patrício Oliveira (PSD)

Cristina Rodrigues (NINSC)





ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

**Comissão de Saúde**

**ATA NÚMERO 86/XIV/ 3.ª SL**

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Cristina Jesus (PS)

Susana Amador (PS)

Ricardo Baptista Leite (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

José Manuel Pureza (BE)

Bebiana Cunha (PAN)

Diogo Pacheco De Amorim (CH)

